

# JORNAL meionorte



TEMPERATURA: Máxima: 36°  
Mínima: 25°

ANO XXI - Nº 8881 - TERESINA (PI), QUARTA-FEIRA, 16 DE NOVEMBRO DE 2016

VALORES: CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,00  
OUTROS ESTADOS: R\$ 2,50

## REPATRIAÇÃO

Além de tentar reverter a decisão de Rosa Weber, que favoreceu os estados, a preocupação é que a medida se estenda também para os municípios

# Governo quer barrar divisão de recursos com os Estados

DO ESTADÃO CONTEÚDO

O governo federal prepara recurso contra a decisão da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou à União que deposite em conta judicial o valor incidente sobre a multa prevista pelo processo de repatriação de recursos não declarados no exterior.

### Estados buscam a parte dos recursos referente às multas da repatriação no Supremo Tribunal Federal

A apresentação do recurso, segundo o jornal "O Estado de S. Paulo" apurou, foi acertada na última sexta-feira (11) em reunião, no Palácio do Planalto, entre o presidente Michel Temer e a Advogada Geral da União, Grace Mendonça. A decisão de recorrer ao STF também contaria com o aval do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.



A DECISÃO de recorrer teria sido acolhida por Henrique Meirelles

No entendimento do governo, a multa paga no programa de repatriação não tem natureza tributária e, em razão disso, não haveria a obrigação de repasse aos Estados. Pelas regras, sobre o valor regularizado incidiu alíquota de 15% de Imposto de Renda e

outros 15% de multa. O valor total repatriado foi de R\$ 46,8 bilhões.

A expectativa do governo é que o recurso da AGU seja apresentado ainda nesta semana à Suprema Corte. Além de tentar reverter a decisão de Rosa Weber, que estendeu

a divisão da multa da repatriação para 23 Estados e o DF, a preocupação do Palácio do Planalto é de a decisão também ser estendida aos municípios, após futuros questionamentos sobre a partilha dos recursos da repatriação.

A decisão do governo de recorrer ao STF ocorreu no mesmo dia em que a ministra Rosa Weber acolheu pedido liminar em Ações Cíveis Originárias de 23 Estados e do Distrito Federal obrigando a União a depositar em conta judicial da Corte

máxima os valores correspondentes do FPE (Fundo de Participação dos Estados). Inicialmente, a ministra deferiu liminares em favor do Piauí (ACO 2931) e de Pernambuco (ACO 2939). A decisão da ministra é provisória e será analisada pelo plenário.

# Professores pressionam prefeitura de Teresina por repasses do Fundef

Sindicato quer saber quando e como servidores irão receber.

Prefeitura de Teresina diz que dinheiro já está sendo investido na educação.

Beto Marques  
Do G1 PI

FACEBOOK



Letícia Campos, presidente do Sindserm, cobra posição da prefeitura de Teresina (Foto: Catarina Costa/G1)

Os professores da rede municipal de ensino de Teresina aguardam uma posição da prefeitura a respeito de quando e como vão receber os 60% dos R\$ 208 milhões do antigo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Os recursos foram restituídos pela União por serem aplicados erroneamente entre 2002 e 2006.

A direção do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Teresina (Sindserm) denuncia que no mês de julho, a Câmara Municipal aprovou lei autorizando o poder público a solicitar ao governo federal a antecipação deste valor. Os servidores afirmam que o intuito político foi posto em detrimento aos investimentos na educação.

Em nota para o **G1**, a prefeitura de Teresina afirmou que já está aplicando o dinheiro exclusivamente em educação, como determina o Fundef e conforme cessão homologada pela Justiça Federal. "O dinheiro está sendo investido em obras na área de educação, especialmente na construção de creches, que necessitam ser concluídas até o início do período letivo de 2017, para que não ocorram prejuízos no planejamento do calendário escolar do próximo ano", diz o texto.

Segundo o Sindserm, com o pedido de adiantamento, foram perdidos R\$ 25 milhões dos R\$ 208.889.939,95, que poderiam ser usados em investimentos na educação ou valorização do magistério, que conforme prevê a lei tem direito a 60% do valor total.

"O intuito político ficou explícito quando o líder do prefeito na câmara disse que o repasse iria tirar várias obras do papel. Tentamos ao máximo retardar essa antecipação que só causou prejuízos. O dinheiro foi recebido em setembro e até agora não sabemos como e quando será direcionado aos professores que têm direito a 60%", disse a presidente do Sindserm, Leticia Campos.

No mês de outubro, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) chegou a bloquear a conta da prefeitura de Teresina por conflitos gerados na aplicação das diferenças do Fundef, o que poderia gerar aplicação inadequada dos recursos. No entanto, os recursos já foram desbloqueados.

Link: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/11/professores-pressionam-prefeitura-de-teresina-por-repasses-do-fundef.html>

## TCE determina suspensão de nomeações irregulares em Palmeirais

A conselheira Lilian Martins determinou a notificação do prefeito para que comprove o cumprimento da decisão no prazo de cinco dias.

RAYANE TRAJANO


15/11/2016 @ 12h50

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

A conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, acolheu medida cautelar determinando a suspensão de nomeações de concursados após o prazo de vigência do concurso na cidade de Palmeirais. A decisão foi publicada no Diário do TCE nesta segunda-feira, 14 de novembro.

A denúncia sobre as nomeações irregulares partiu do vereador eleito Reginaldo Soares Veloso Junior. Ele relatou que o prefeito Paulo César Vilarinho publicou o edital de convocação e posse de 2 candidatos no dia 01 de novembro, pouco mais de 3 meses após a expiração do prazo de validade do concurso, que era 29 de junho.

Além dos servidores efetivos, alguns cargos comissionados também foram ocupados na mesma data, fato que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal nos últimos 180 dias de mandato. O vereador afirmou na denúncia que houveram “portarias nomeando o Sr. Valter Almeida Conceição para o cargo de Diretor de Divisão de Cursos e Produção, da Secretaria de Assistência Social, a Srª. Aline Nunes Pequeno para o cargo de Diretor de Departamento de Administração Geral, da Secretaria Municipal de Saúde, e a Srª. Nathalia Rodrigues de Sousa para o cargo de Diretora do Departamento de Informática, da Secretaria de Administração”.



Eleição da nova diretoria do TCE

Além da suspensão das nomeações dos concursados, a conselheira Lilian Martins determinou a notificação do prefeito para que comprove o cumprimento da decisão no prazo de cinco dias. Sobre os cargos comissionados, a conselheira vai avaliar após apresentação de defesa por parte do prefeito.

### **Decisões semelhantes**

No último dia 10 de novembro, o **TCE determinou a anulação da nomeação de quase 200 concursados** nos municípios de Campinas do Piauí, Matias Olímpio e Pedro II, devido a contratações dentro do prazo proibido pela legislação.

### **Outro lado**

Procurado pela **GPI** nesta segunda-feira (14), o prefeito Paulo César Vilarinho não foi localizado para comentar a determinação.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tce-determina-suspensao-de-nomeacoes-irregulares-em-palmeirais-404424.html>